

JUDICIÁRIO

Ajufe tem a primeira mulher presidente

Juíza Ana Lya toma posse na entidade que representa magistrados de todo o país

» RENATO SOUZA

Renato Souza/CB/D.A. Press

A juíza federal Ana Lya Ferraz da Gama Ferreira é a primeira mulher a assumir a presidência da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). A magistrada foi empossada ontem, em cerimônia que ocorreu no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O mandato se estende por dois anos.

Com 15 anos de magistratura, Ana Lya ingressou na Justiça Federal em 2011, após aprovação entre os primeiros colocados em concurso público. Ao longo da carreira, atuou em diferentes regiões do país, com experiência em varas criminais e cíveis. Atualmente, é titular da 2ª Vara Federal de Cáceres (MT).

De acordo com a Ajufe, além da atuação jurisdicional, a nova presidente da entidade teve participação destacada na vida associativa da magistratura federal, especialmente como secretária-geral da Ajufe, cargo a partir do qual ampliou sua atividade institucional em temas relacionados ao fortalecimento da Justiça Federal e da magistratura.

À frente da entidade, Ana Lya pretende conduzir uma gestão baseada em cinco eixos, entre eles, o fortalecimento da integração nacional da magistratura federal, promovendo maior articulação entre juízes e associações regionais, com o objetivo de construir pautas convergentes e ampliar a unidade da categoria. Outro objetivo é a modernização da governança da associação, com foco em transparência, eficiência administrativa e ampliação da participação dos associados nos processos decisórios.

No discurso de posse, Ana Lya



Defesa da categoria

Fundada em 1972, a Ajufe é a entidade nacional que representa os juizes federais brasileiros e atua na defesa da independência do Poder Judiciário, do fortalecimento da Justiça Federal e do aperfeiçoamento das instituições democráticas.

destacou que foi professora voluntária na rede pública e que as crianças precisam de referência para traçar seus próprios caminhos. “Hoje eu tomo posse como a primeira presidente mulher a presidir a Ajufe em seus 53 anos de existência. Ao longo da minha trajetória, tive a oportunidade de desenvolver projetos educacionais em escolas públicas e conviver com muitas meninas que viviam em situação de vulnerabilidade. Muitas vezes, os horizontes de uma criança são definidos

pelas referências que ela encontra no meio do caminho”, disse.

A magistrada defendeu que a confiança da sociedade nas instituições é pilar da democracia. “Nenhuma instituição consegue cumprir sua missão quando a confiança pública passa a se deteriorar. É essa confiança que sustenta o Estado Democrático de Direito”, frisou. “Apesar das críticas, dos ataques e das tensões que marcam o debate público, é ao Poder Judiciário que a Constituição confia o processo que melhor garante a democracia: as eleições”, completou.



Apesar das críticas, dos ataques e das tensões que marcam o debate público, é ao Poder Judiciário que a Constituição confia o processo que melhor garante a democracia: as eleições”

Ana Lya Ferraz Ferreira, presidente da Ajufe

Crítica à “ingerência” de outros países

» VICTOR CORREIA

Luiz Silveira/STF



Fachin disse que países democráticos enfrentam uma onda de ataques

democráticos enfrentam uma onda de ataques nos últimos anos, o que destaca a importância de órgãos criados para resguardar suas respectivas Constituições, como o STF, também alvo de questionamentos.

“Em um mundo profundamente interconectado, campanhas de deslegitimação institucional, tentativas de constrangimento político e

iniciativas destinadas a questionar, em jurisdições estrangeiras, atos regularmente praticados por autoridades nacionais, podem produzir efeitos que ultrapassem fronteiras, e essa realidade exige atenção e reflexão cuidadosa de todos nós”, frisou.

Nas últimas semanas, o governo do presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, oficializou a

decisão de classificar as facções PCC e CV como terroristas, contrariando a legislação brasileira. Na prática, a mudança autoriza que Washington adote medidas mais duras para combater as atividades criminosas em território americano, mas também pode ser usada de pretexto para justificar ações militares no Brasil, como já ocorreu na Colômbia, no México e na Venezuela. A gestão Trump também concluiu uma investigação que mirou o Pix, a venda de produtos piratas na 25 de Março, em São Paulo, e decisões do STF envolvendo as big techs. A iniciativa pode levar a uma nova taxa de 25% contra produtos brasileiros.

Fachin fez, ainda, uma defesa da atuação do STF e distanciou a Corte de grupos políticos. “Ela não existe para reproduzir as maiorias políticas do momento”, enfatizou.

O Anuário da Justiça reúne os principais acontecimentos do ano no Judiciário, mas traz também uma retrospectiva das mudanças institucionais, sociais e jurídicas dos últimos 20 anos.

JULGAMENTO

TCU aprova, com ressalvas, contas de Lula

» IAGO MAC CORD

Em sessão extraordinária, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou por unanimidade, com ressalvas, as contas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva referentes ao exercício de 2025. Sob relatoria do ministro Benjamin Zymler, a Corte entregou um diagnóstico técnico que, embora reconheça a fidedignidade geral das demonstrações contábeis e a regularidade macroeconômica da gestão fiscal no terceiro ano de mandato, aponta falhas graves na execução financeira e fragilidades estruturais. O julgamento das contas será feito pelo Congresso.

O TCU identificou deterioração financeira em 11 empresas públicas, com destaque para os Correios, que receberam garantia federal para uma operação de crédito de R\$ 12 bilhões sem análise técnica robusta de viabilidade econômica.

“Não houve um exame adequado do plano de recuperação nem dos riscos fiscais associados à concessão de garantia pela União”, alertou Zymler. Somado a isso, o volume de renúncias fiscais atingiu R\$ 759 bilhões — sendo R\$ 544 bilhões de natureza tributária (5% do PIB). O relator criticou duramente o fato de 47% desses benefícios não possuírem prazo de

vigência definido ou avaliação periódica de seus impactos sociais e econômicos.

Também foi citada a execução de receitas e despesas relativa à empresa Petróleo Pré-Sal S.A. (PPSA), cujos recursos foram geridos fora do escrutínio parlamentar, violando princípios de universalidade e unidade de caixa.

O TCU também identificou uma superestimativa irreal de R\$ 60 bilhões em receitas administradas pela Receita Federal na LOA de 2025, comprometendo a transparência do planejamento, além de uma subestimativa de R\$ 69,7 bilhões no volume de créditos da União inscritos em dívida ativa.

Na esfera social, embora o governo tenha destinado R\$ 290,5 bilhões para a assistência social, o TCU constatou que 27,1% das metas do Ministério do Desenvolvimento Social não foram alcançadas. Houve também um alerta para o desvirtuamento do Bolsa Família pelo mercado de apostas on-line, que capturou cerca de R\$ 3 bilhões de beneficiários em um único mês.

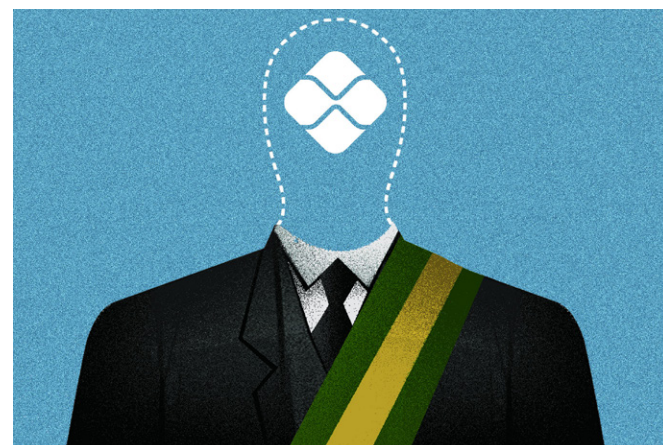
Ao concluir, Zymler reiterou que a mensagem final do parecer prévio funciona como um severo aviso direcionado ao governo e ao Parlamento sobre as fragilidades estruturais que tornam a gestão fiscal do país altamente problemática.

NAS ENTRELINHAS

Por Carlos Alexandre de Souza



carlosalexandre.df@dabr.com.br



Soberania e Pix entram na corrida para o Planalto

O governo Lula aproveitou a sexta reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho, para renovar o brio nacional. Sob o lema “Da Soberania nacional ao protagonismo global”, o encontro foi planejado para divulgar as realizações da atual administração, com uma boa dose de patriotismo. Em recado direto ao governo Trump, sem necessidade de tradução, o presidente Lula e ministros posaram com uma placa imitando a bandeira verde-amarela e os dizeres: “O Pix é do Brasil”. O gesto reiterou o protesto improvisado no último dia 2, quando o presidente segurou uma cartolina com a mesma mensagem durante evento em Catalão (GO).

De lá para cá, o Palácio do Planalto tomou outras iniciativas em relação ao Pix. Além de produzir uma nova imagem síntese da defesa do sistema de pagamentos que se tornou unanimidade nacional e incomoda os Estados Unidos, o governo federal providenciou o registro do Pix como marca de alto renome no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi). Com esse reconhecimento, a ferramenta financeira passa a ter proteção reforçada em todos os ramos da atividade econômica, dificultando a entrada da concorrência.

Na reunião do Conselho, a defesa do Pix entrou no contexto do discurso geral adotado por integrantes da Esplanada. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, ressaltou fortemente a visão de uma soberania econômica brasileira. Descreveu o Pix como uma importante inovação tecnológica e ferramenta essencial para promover a bancarização no país, sem representar custos para a população. Esses motivos justificariam a blindagem ao sistema de pagamento.

“A primeira demanda, a primeira tarefa que eu tenho é proteger a soberania ao lado do presidente Lula, em especial no nosso Pix”, afirmou Durigan.

O chefe da equipe econômica também deu ênfase à segunda metade do lema que inspirou a reunião do Conselho — o protagonismo global. A relevância do Brasil no cenário internacional é consequência de uma política de valorização do potencial do país. “No debate econômico, no debate ambiental, no debate de combustíveis, de fontes alternativas de combustível, o Brasil é a liderança mundial, e a gente não abre mão de ser tratado com respeito e tratar com respeito a todos os outros países, a todas as outras comunidades e culturas do mundo”, completou Durigan.

O vice-presidente Geraldo Alckmin, figura-chave nas negociações comerciais com os Estados Unidos e muito envolvido no processo de reindustrialização nacional, também reforçou o significado de soberania em um contexto globalizado, com duas guerras em curso. “Para nós, soberania não é conflito estéril. É diálogo e resiliência. Soberania não é isolacionismo, mas é integração ao mundo, fortalecimento do multilateralismo. Soberania não é protecionismo, mas é abrir mercado, fazer acordos comerciais. O Brasil, num momento de dificuldade, mostra bom caminho para a gente não ir para o antagonismo, mas nos unirmos naquilo que é mais importante”, definiu o vice-presidente.

A afirmação do Brasil soberano em resposta às ameaças tarifárias dos Estados Unidos vem no mesmo dia em que os termômetros atualizam a temperatura da campanha pré-eleitoral. O ato conduzido no Palácio do Itamaraty ocorreu horas depois de a pesquisa da Genial Quaest indicar que o pré-candidato à reeleição ampliou a vantagem sobre Flávio Bolsonaro, o adversário, a preços de hoje, com mais chances de ir para o segundo turno. Os números reforçam a leitura que já havia sido feita no ano passado, na primeira onda do tarifaço trumpista: defender a soberania nacional aumenta a popularidade junto ao eleitorado; aplaudir a ofensiva tarifária norte-americana revelou-se um revés para os planos bolsonaristas.

Em relação a Flávio Bolsonaro, o levantamento divulgado pela Genial Quaest confirma o momento difícil pelo qual o senador vem passando. É a segunda fotografia que detecta uma queda na intenção de voto ao filho do ex-presidente. Não se pode dizer, contudo, que o retrato que veio a público ontem seja um contraponto à decisão do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Kassio Nunes Marques, de suspender a divulgação da pesquisa realizada pelo instituto AtlasIntel. Naquela ocasião, o foco das perguntas era o áudio que revelou a relação entre Flávio Bolsonaro e o banqueiro Daniel Vorcaro, por meio de uma transação de R\$ 60 milhões para financiar o filme *Dark Horse*.

Independentemente do momento captado pelas pesquisas de opinião, alguns fatos ganham nitidez. Com a interferência política dos Estados Unidos, o governo Lula ganhou uma oportunidade de explorar o orgulho brasileiro, além de expor as realizações deste mandato. Flávio Bolsonaro, por sua vez, continua com o desafio de se descolar das decisões de Washington e encontrar o ponto ideal para fazer oposição ao incumbente. É a corrida eleitoral a caminho de uma definição.

O MOMENTO REFORÇA A LEITURA FEITA NO ANO PASSADO: DEFENDER A SOBERANIA NACIONAL AUMENTA A POPULARIDADE JUNTO AO ELEITORADO; APLAUDIR A OFENSIVA TARIFÁRIA DOS EUA REVELOU-SE UM REVÉS PARA OS PLANOS BOLSONARISTAS